

Lucratividade e Distribuição: A Origem Econômica da Crise

Política Brasileira

Adalmir Marquetti

Programa de Pós Graduação em Economia, PUCRS, e-mail: aam@pucrs.br

Cecilia Hoff

Departamento de Economia, PUCRS, e Fundação de Economia e Estatística, e-mail: cecilia.hoff@pucrs.br

Alessandro Miebach

Departamento de Economia, PUCRS, e Fundação de Economia e Estatística, e-mail:

alessandro.miebach@pucrs.br

Resumo

A queda da taxa de lucro e da rentabilidade financeira são as causas centrais da crise econômica e política no país. O declínio da lucratividade quebrou a coalizão de classes constituída no Governo Lula. A presidente Dilma Rousseff adotou uma série de estímulos fiscais e incentivos creditícios para a acumulação de capital em um período de redução da taxa de lucro. O setor privado restringiu seus investimentos e a taxa de crescimento caiu substancialmente. Após a reeleição em 2014, o governo adotou uma política de austeridade fiscal, elevação da taxa de juros e aumento dos preços dos produtos monitorados. Em 2015, o PIB declinou 3,8 por cento e a inflação atingiu 11 por cento. Com o aprofundamento da crise econômica, a presidente Dilma Rousseff foi removida do poder.

Abstract

The falls in the profit rate and in financial profitability after 2010 are the central causes of the current economic and political crisis. The decline in profitability broke the coalition of classes constructed in Lula's administration. The Dilma Rousseff's government adopted a series of fiscal stimulus for private capital accumulation in a period of declining profitability. The private sector restricted its investments and the growth rate dropped substantially. After reelection in 2014, the government implemented a program of fiscal austerity, raised the interest rate and increased the price of monitored goods. The GDP fell 3.8 per cent and the inflation rate reached 11 percent in 2015. With the deepening of the economic crisis, the president Dilma Rousseff was removed from power.

1. Introdução

O Brasil está vivendo sua maior crise política desde a retomada da democracia na década de 1980. O debate sobre o afastamento da Presidente Dilma Rousseff iniciou logo após o anúncio de sua reeleição em outubro de 2014. Houve, ao longo de 2015, uma intensa disputa política que resultou na aceitação pelo Presidente da Câmara de Deputados de um dos 34 pedidos de abertura do processo de impedimento em dois de dezembro. A votação favorável a implementação do impedimento na Câmara dos Deputados ocorreu em 17 de abril de 2016. Por sua vez, o Senado Federal aprovou o seu afastamento em 12 de maio de 2016, quando o vice-presidente assumiu o poder de modo interino. O ápice do processo ocorreu em 31 de agosto, quando o Senado aprovou o impedimento da Presidente Dilma Rousseff.

Há uma divisão de classe social no que tange ao apoio ao golpe. Os dirigentes das grandes empresas, as organizações empresariais, a imprensa nacional e burocracia de alta patente foram, em geral, majoritariamente favoráveis ao que denominam de impedimento legal da Presidente Dilma Rousseff. Por outro lado, os sindicatos dos trabalhadores foram, em sua grande maioria, contrários ao golpe. A disputa sobre a nomenclatura do afastamento da Presidente Dilma Rousseff reflete questões econômicas mais profundas, que dizem respeito à lucratividade do capital, a distribuição de renda e ao acesso aos recursos públicos. Essa disputa é fundamental para compreender a crise política brasileira.

A eleição da Presidente Dilma Rousseff em 2014 foi a quarta vitória consecutiva do Partido dos Trabalhadores. A primeira ocorreu em 2002, quando o Presidente Lula foi eleito. A incapacidade das políticas econômicas baseadas no Consenso de Washington em produzir crescimento econômico e gerar empregos foi determinante na primeira vitória. Em 2002, era de 19 por cento a taxa média de desemprego na região metropolitana de São Paulo (IPEA, 2016). Houve, contudo, outros motivos para a vitória. A composição da chapa eleitoral revelava que o PT estava disposto a realizar um

governo de coalizão entre diferentes setores sociais. O candidato a vice-presidente era José Alencar, proprietário de uma grande indústria têxtil. Na Carta aos Brasileiros, divulgada em julho de 2002, o candidato Lula acenava ao setor financeiro a moderação do seu programa de governo. O futuro governo dava indicações que manteria pontos-chaves da política econômica neoliberal, como por exemplo, a elevada taxa de juros reais. Os governos do PT combinaram elementos de políticas neoliberais e desenvolvimentistas. As situações econômicas e políticas ditavam qual delas seria hegemônica na condução da política econômica.

A condição internacional favorável, com a demanda crescente de commodities pela China, a retomada de elementos de uma política desenvolvimentista e medidas de inclusão social resultaram no aumento da taxa de crescimento e na queda no desemprego. O Presidente Lula foi reeleito em 2006. No ano seguinte, ocorreu o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC, que era um conjunto de investimentos do setor público e privado, sob a coordenação da então ministra Dilma Rousseff. O estado brasileiro voltava a intervir nos mercados com uma política desenvolvimentista. Entre 2003 e 2010, a taxa média de crescimento foi superior a quatro por cento ao ano.

A crise do neoliberalismo, uma crise estrutural do capitalismo, teve um efeito reduzido no país entre 2008 e 2010, quando comparado ao seu impacto sobre o crescimento e o emprego nos países desenvolvidos. Havia a impressão que o Brasil tinha retomado a capacidade de crescimento perdida na década de 1980. Foi em um ambiente otimista que, em 2010, Dilma Rousseff foi eleita a primeira presidente mulher do país. Esquecia-se que as grandes crises sempre tiveram fortes impactos na economia e na política brasileira. Por exemplo, a crise de 1929 teve um papel importante para o fim da República Velha e a ascensão do Estado Novo, a crise da Idade Dourada em 1973 antecedeu a abertura política do regime militar e a passagem para a Nova República. Os acontecimentos da economia mundial são peças-chaves para entender a evolução da economia brasileira.

O presente artigo investiga a crise política e os governos do PT sob a perspectiva da taxa de lucro e de seus determinantes. As diferentes escolas de pensamento vêem na taxa de lucro o elemento central para o funcionamento das empresas e a economia capitalista. Contudo, há um número reduzido de trabalhos que utilizam a taxa de lucro para analisar experiências históricas, em particular, de países em desenvolvimento. A literatura para os países desenvolvidos inclui trabalhos sobre os Estados Unidos (Weisskopf, 1979, Bakir e Campbell, 2010, Duménil e Lévy, 1993, Basu e Vasudevan, 2013), Inglaterra (Roberts, 2009) e Austrália (Mohun, 2003). Para os países em desenvolvimento há estudos para o Brasil (Marquetti et al, 2010), México (Flores e Moseley, 2001), Índia (Basu e Das, 2015) e Argentina (Maito, 2013).

A análise revela que a taxa de lucro aumentou entre 2003 e 2007, caindo a partir da crise do neoliberalismo. Entre 2008 e 2010, apesar do declínio, a taxa de lucro era superior a observada no início da década. No Governo Dilma, houve uma forte queda da lucratividade em decorrência da redistribuição da renda em favor do trabalho. Ocorreu o que na literatura se denomina de “*profit squeeze*”, o esmagamento dos lucros (Glyn e Sutcliffe, 1972). A queda acentuada da taxa de lucro e a tentativa de reduzir a taxa de juros no início de 2011 romperam o acordo de classes que caracterizou o governo Lula. As reduções nos ganhos do capital produtivo e financeiro são a origem econômica para a crise política do Governo Dilma. A adoção de uma política de inspiração neoliberal após a eleição resultou na queda de 3,8% do PIB em 2015. Esse erro levou a perda do apoio político entre a população e no Congresso Nacional.

O artigo está organizado em quatro seções além da introdução. A seção dois discute sucintamente o computo da taxa de lucro e de seus componentes. A terceira seção apresenta uma análise do Governo Lula. A quarta seção aborda a política econômica no primeiro governo Dilma. A quinta seção discute a virada neoliberal em 2015. A sexta seção conclui o artigo com breves considerações sobre o futuro da distribuição de renda na economia brasileira.

2. A taxa de lucro e seus determinantes

A lucratividade, na tradição marxista, é a força motriz da economia capitalista. A produção e os investimentos têm por objetivo a geração de lucro. A queda da taxa de lucro reduz as expectativas de lucratividade o que, por sua vez, tende a diminuir os planos de investimento das empresas e a acumulação de capital. A redução da taxa de investimento afeta, por sua vez, os níveis de produção e emprego. Uma menor taxa de lucro resulta em crise com o declínio nas taxas de crescimento da produção e do emprego.

A taxa de lucro é calculada pela razão entre os lucros gerados em um período de tempo, uma variável de fluxo, e o capital adiantado no processo produtivo, uma variável de estoque. Weisskopf (1979) propôs uma decomposição da taxa de lucro que permite investigar se a sua variação ao longo do tempo depende das mudanças na parcela dos lucros, π , no nível de utilização da capacidade instalada, u , ou na produtividade potencial do capital, ρ . A taxa de lucro é expressa por:

$$r = \frac{Z}{K} = \frac{Z}{X} * \frac{X^P}{K} * \frac{X}{X^P} = \pi \rho u$$

onde, r é a taxa de lucro líquida, Z é o montante de lucro líquido, K é o estoque líquido de capital fixo não residencial, X é o produto líquido e X^P é o produto líquido potencial.

A evolução da taxa de lucro, segundo Weisskopf (1979), pode ser explicada por três fatores que, na ótica marxista, possuem relações com as diferentes origens das crises. O primeiro é a redução da parcela dos lucros na renda com o fortalecimento do poder de barganha dos trabalhadores. Por razões políticas e econômicas os trabalhadores aumentam sua capacidade de obterem ganhos salariais a uma velocidade superior a elevação da produtividade do trabalho. O segundo é a redução da produtividade potencial do capital devido ao aumento da composição orgânica do capital. Esse fenômeno ocorre devido a elevação dos preços dos bens de investimento

em relação aos demais bens e, em uma economia aberta, pela queda dos termos de troca. O terceiro é a diminuição no nível de utilização da capacidade instalada decorrente do declínio da demanda agregada. Os economistas na tradição keynesiana apontam diversos fatores para a redução da demanda agregada, em especial, as que decorrem de determinadas combinações entre as políticas fiscal e monetária.

Enquanto os dois primeiros fatores são relacionados a questões do lado da oferta, o terceiro diz respeito à demanda. Contudo, independente da origem, a queda da taxa de lucro ocasiona a diminuição do investimento e da taxa de acumulação de capital e menor crescimento do produto e da demanda.

3. A lucratividade e a distribuição funcional da renda no Brasil: 2003-2010

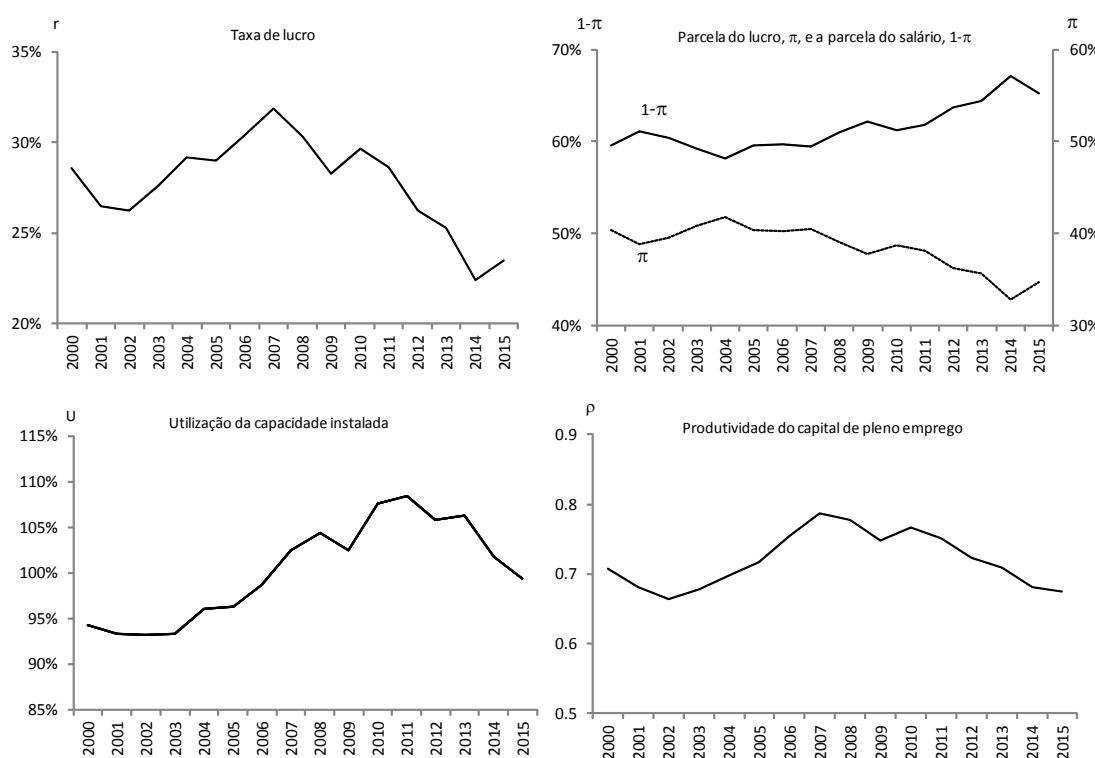
A Figura 1 mostra uma queda da taxa de lucro entre 2003 e 2014. Houve duas fases na evolução da taxa de lucro entre 2003 e 2014. Na primeira, entre 2003 e 2007, ocorreu um crescimento da taxa de lucro concomitante ao aumento da parcela dos salários na renda nacional. Essa combinação ocorreu devido a maior utilização da capacidade instalada e o aumento da produtividade potencial do capital. Na segunda fase, entre 2007 e 2014, houve queda da taxa de lucro devido ao aumento da parcela salarial e ao declínio da produtividade potencial do capital. Em 2010, a taxa de lucro era superior a vigente no início dos anos 2000 e havia aumentado frente ao valor de 2009.

O presidente Lula havia conquistado a confiança do setor financeiro em seus dois mandatos. Todavia, quando se delineou a sua primeira vitória no segundo semestre de 2002, houve um ataque especulativo com forte desvalorização do real. A resposta do novo governo foi a continuidade da política de metas de inflação com forte elevação da taxa de juros reais e o compromisso de manter as contas públicas sob controle com a adoção de metas crescentes de superávit primário, e a taxa de

câmbio flutuante. Houve a reafirmação da continuidade do elemento chave da política neoliberal no Brasil, a elevada taxa de juro real sobre a dívida pública.

A resposta ao ataque especulativo e a crescente demanda internacional por commodities abriram a possibilidade para a adoção de uma política de estímulo ao crescimento e de redistribuição de renda. Houve a expansão do crédito na medida em que a taxa de juro nominal era reduzida. Essa expansão foi facilitada por mudanças institucionais na execução de garantias que diminuíam o risco dos empréstimos, como a consignação salarial e a alienação fiduciária.

Figura 1: A taxa de lucro líquida e seus determinantes, Brasil, 2000-2015



Fonte dos Dados Brutos: IBGE (2016, 2013, 2006)

Do ponto de vista redistributivo, houve a consolidação de diversos programas de transferência de renda para a população de baixa renda no Bolsa Família. O salário mínimo, sob pressão das centrais sindicais, teve aumentos reais expressivos em 2004 e 2005. O aumento da formalização do mercado de trabalho e a ampliação das receitas fiscais oriundas do crescimento da

produção e da renda no setor de commodities possibilitaram a ampliação dos programas de transferência de renda, em simultâneo à obtenção de superávits primários.

Em seus primeiros anos, contudo, o governo Lula adotou uma política econômica de hegemonia neoliberal, expressa na fidelidade ao tripé de políticas macroeconômicas. Foi após a crise do mensalão em 2005 e a mudança no ministério da fazenda que elementos desenvolvimentistas passaram a hegemonizar a ação governamental.

O estado brasileiro voltava a ter políticas de estímulo à demanda e ao investimento. A política fiscal passou a ter um caráter expansionista com maior crescimento do nível de utilização da capacidade instalada. A política de valorização do salário mínimo que atrelava o reajuste à inflação passada e ao crescimento do PIB entrou em vigor no final de 2006. Esse foi um mecanismo importante de transferência de renda aos trabalhadores e para a expansão do consumo das famílias. Em janeiro de 2007, foi lançado o Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC, sob a coordenação do governo federal e a gerência da ministra Dilma Rousseff. O PAC se constituía em uma série de programas de investimentos do setor público e incentivos ao investimento privado. Agora, combinava-se elevada taxa de juros real com políticas desenvolvimentistas.

A demanda internacional por commodities teve forte crescimento com a expansão da economia mundial. Os preços das commodities subiram 135 por cento entre 2002 e 2007 (IMF, 2016) e se recuperaram rapidamente após a crise de 2008 e continuaram elevados até o final de 2013. Um dos efeitos da elevada taxa de juros e dos altos preços das commodities foi a apreciação do real. As exportações de commodities não foram afetadas pela taxa de câmbio, houve superávit na balança comercial e um déficit reduzido em transações correntes. Por outro lado, ocorreu o aprofundamento do déficit comercial da indústria de transformação, que chegou a alcançar US\$ 58 bilhões em 2014, após ter registrado superávit de US\$ 33 bilhões em 2003. A política econômica reforçou o papel de produtor de commodities colocado pela divisão internacional do trabalho ao Brasil.

Um benefício da taxa de câmbio valorizada é a possibilitar que os aumentos salariais tenham efeitos reduzidos sobre os preços dos produtos industriais devido à concorrência internacional. Ela também diminui os efeitos do aumento dos preços internacionais das commodities no mercado doméstico. A valorização do câmbio permitiu, assim, que se combinasse o aumento do salário real com o controle da inflação. A elevada taxa de juro real ao permitir a valorização cambial também favoreceu ao aumento da parcela salarial. O custo foi o aprofundamento do processo precoce de desindustrialização da economia brasileira.

O conjunto das políticas públicas e a elevação dos termos de intercâmbio permitiram combinar o aumento da taxa de lucro e a redistribuição da renda em favor do trabalho. Essa combinação, como se observa na Tabela 1, ocorreu devido a maior utilização da capacidade instalada, bem como do aumento da produtividade potencial do capital. Nesses momentos é possível um crescimento do tipo *wage-led*. Entretanto, a combinação entre a queda da parcela dos lucros e o aumento do nível de utilização possui limites, como demonstra Goodwin (1967). O aumento da lucratividade possibilitou a expansão da taxa de investimento de 16,6 por cento em 2003 para 18,0 por cento em 2007. O crescimento do PIB passou de 1,1 por cento em 2003 para 6,1 por cento em 2007 (IBGE, 2016).

Tabela 1: A decomposição da taxa de lucro líquida, Brasil, 2003-2015

Período	r	π	u	ρ
2003-2015	-1.36	-1.33	0.52	-0.55
2003-2007	3.56	-0.20	2.35	1.41
2007-2014	-5.05	-2.99	-0.10	-1.96
2007-2010	-2.37	-1.46	1.64	-2.54
2010-2014	-7.05	-4.13	-1.40	-1.52
2014-2015	4.79	5.68	-2.41	1.53

Fonte dos Dados Brutos: IBGE (2016, 2013, 2006)

Foi nesse contexto que a crise do neoliberalismo atingiu o Brasil. Inicialmente, houve a queda dos preços das commodities e, após a quebra do banco de investimento Lehman Brothers no final de

2008, ocorreu forte queda nos níveis de produção. A reação foi imediata com a adoção de políticas de expansão fiscal e monetária. Houve uma série de estímulos fiscais com subsídios para diversos setores econômicos. As empresas estatais passaram a ocupar um espaço importante na oferta de crédito por parte dos bancos públicos e no investimento, em particular, pela Petrobras. O Bolsa Família e a elevação real do salário mínimo, que também beneficiava os aposentados, funcionaram como importantes estabilizadores automáticos. A lucratividade em 2010 se recuperou em relação ao ano anterior, o investimento alcançou 20,5 por cento do PIB e o crescimento econômico atingiu 7,5 por cento (IBGE, 2016). O Brasil, representado pelo Cristo Redentor, decolava na capa da *The Economist* de 12 de novembro de 2009.

Contudo, a taxa de lucro começou a cair com a crise do neoliberalismo. O efeito da grande recessão foi sobre a produtividade potencial do capital de pleno emprego, que passou a declinar, apesar do breve crescimento em 2010. A queda da produtividade do capital deveu-se a dois fatores. Primeiro, a redução dos preços das commodities. Segundo, a mudança na composição dos investimentos no país. A expansão do investimento foi liderada pela aquisição de máquinas e equipamentos entre 2003 e 2008, e, entre 2008 e 2014, pela construção. A parcela salarial continuou a expandir por razões institucionais e econômicas. O nível da capacidade instalada que teve queda em 2009 recuperou-se rapidamente, mantendo a trajetória de crescimento até 2011.

No governo Lula, sobretudo no seu segundo mandato, dois aspectos centrais do neoliberalismo foram rompidos. Primeiro, houve transferência de renda do capital para o trabalho, em especial, a partir de 2007. Ocorreu o fortalecimento do poder de barganha dos trabalhadores devido às mudanças políticas e institucionais e a redução na taxa de desemprego de 12,3 por cento em 2003 para 6,7 por cento em 2010. Segundo, o estado brasileiro voltou a ter políticas ativas de investimento com o neodesenvolvimentismo. Em contrapartida, foram mantidos os ganhos financeiros decorrente da elevada taxa de juro real. Reduzi-los poderia representar o fim do acordo expresso na Carta aos Brasileiros que possibilitou a vitória do PT em 2002.

3. Lucratividade e distribuição funcional da renda no Brasil: 2010-2014

Em um ambiente de otimismo, a Presidente Dilma Rousseff foi eleita em 2010 com 56,05 por cento dos votos. A economia brasileira cresceu quatro por cento ao ano entre 2002 e 2010. No período, a indústria de transformação expandiu 27 por cento. Contudo, a sustentação do ritmo de crescimento exigiria alterações na condução da política econômica. Seria necessário se adaptar a nova dinâmica que emergia na economia mundial após a superação dos primeiros efeitos da crise e ao esgotamento dos elementos que haviam contribuído para a aceleração do crescimento. A popularidade superior a 70 por cento da presidente no primeiro ano de mandato, possibilitava ao governo promover mudanças na política econômica.

O cenário da economia mundial impunha desafios ao país. Entre 2010 e 2011, a desaceleração da economia e do comércio mundiais, bem como a adoção de uma política monetária agressiva nos EUA, expressa nos *Quantitative Easings (QEs)*, tiveram dois efeitos sobre a economia brasileira. Primeiro, a redução da demanda nos países desenvolvidos deslocou o excesso de oferta mundial para os demais países, sobretudo os emergentes que logravam crescimento do mercado interno. Segundo, a desvalorização das moedas dos países desenvolvidos deu origem ao que o ex-ministro Guido Mantega chamou de “guerra cambial”. O real foi afetado pelo influxo de capitais especulativos em busca da elevada taxa de juros em contratos do tipo *carry-trade* e pelo novo aumento dos preços das *commodities*. Enquanto havia a apreciação do real, a maior parte dos países buscava ampliar a competitividade com a desvalorização do câmbio.

No plano interno, a elevada utilização da capacidade instalada indicava que a sustentação do crescimento de quatro por cento, mais do que nos anos anteriores, estaria condicionada ao aumento do investimento. Na visão do governo seria necessária uma política de redução dos custos de produção e de aumento da produtividade das empresas. Portanto, ao setor privado caberia o papel de

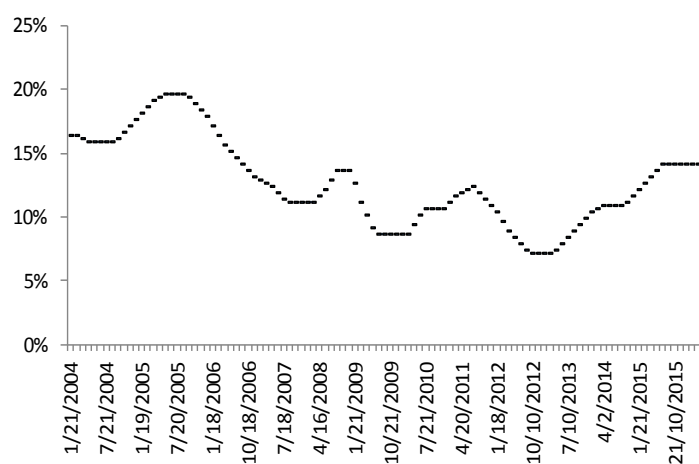
destaque no investimento e na acumulação do capital. A base para a expansão do investimento seria a mudança em preços chave da economia brasileira, em particular, da taxa de juros e da taxa de câmbio. Esse movimento seria reforçado pelos gastos em infraestrutura, através do PAC e a expansão das concessões. Os investimentos da Petrobras na exploração das reservas de petróleo do pré-sal seriam outro elemento importante na estratégia de crescimento do país.

A taxa de câmbio desvalorizada restauraria a competitividade da indústria de transformação, evitando que a política de estímulo ao crescimento resultasse em aumento das importações. A pré-condição para a desvalorização cambial era a redução da taxa de juros e, por conseguinte, o menor influxo de capitais via arbitragem. O primeiro conjunto de medidas macroeconômicas envolveu a tentativa de reduzir o peso dado à taxa de juros no controle da inflação. O combate às pressões inflacionárias do início de 2011 foi complementado pela adoção de medidas de restrição ao crédito e pelo contingenciamento das despesas públicas não vinculadas constitucionalmente às receitas, como os gastos de custeio e os investimentos. A política fiscal passou a desempenhar um papel de maior relevância ao combate da inflação.

O próximo e importante passo do Governo Dilma Rousseff em 2011 foi a redução da taxa de juros que remunera os títulos da dívida pública. A queda da taxa SELIC, como se observa na Figura 2, começou em agosto de 2011, quando estava em 12,5 por cento ao ano, atingindo 7,25 por cento em outubro de 2012, o menor valor desde o início da série histórica em 1986. A contrapartida seria a abertura de espaços para o crescimento dos investimentos privados em infraestrutura. Nesse momento iniciou um movimento de oposição ao governo Dilma por parte dos detentores do capital financeiro. Em dez de maio de 2002, o Bloomberg publicou um artigo com o título “Dilma versus Bancos, o primeiro round foi para o governo”. As grandes empresas produtivas possuem nas aplicações financeiras da dívida pública um importante fator de sua lucratividade. O acordo expresso na “Carta aos Brasileiros” havia sido rompido, bem como a composição de classes constituída no governo Lula.

As medidas evitaram uma apreciação mais significativa da taxa de câmbio, todavia resultaram na desaceleração do nível de atividade. O IBGE informou um crescimento de apenas 2,7 por cento em 2011¹. Uma forte queda frente à expansão de 7,5 por cento em 2010 (IBGE, 2016). A rápida desaceleração, somada a piora do cenário econômico mundial, em particular na Zona do Euro, induziu a novas mudanças na política econômica brasileira a partir do segundo semestre de 2011. O conjunto de medidas foi posteriormente chamado por um integrante do governo como a “nova matriz econômica”. Entre as medidas destacam-se a forte ampliação das desonerações fiscais e a concessão de subsídios; a utilização dos bancos públicos para forçar uma redução do *spread* bancário e da taxa de juros ao tomador final; o emprego de medidas setoriais para a redução dos custos, como a revisão das concessões de energia elétrica; as desonerações da folha de pagamentos; e a oferta de juros subsidiados através do BNDES para o investimento em máquinas, equipamentos e construção residencial.

Figura 2: Meta da taxa SELIC fixada pelo COPOM



Fonte: Banco Central (2016)

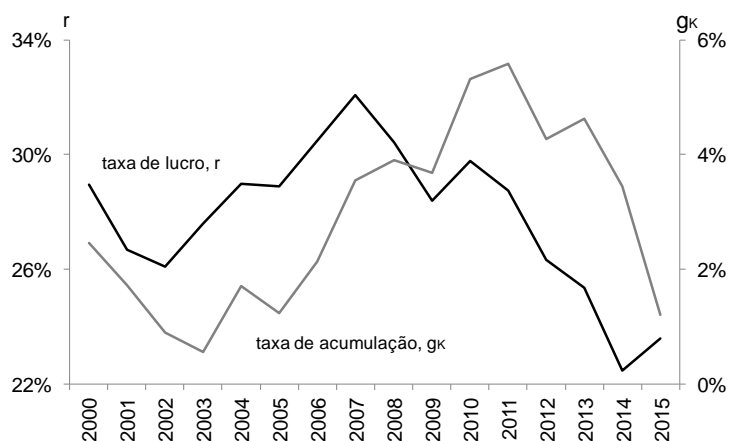
O objetivo era estimular os investimentos através da redução dos custos de produção e do financiamento e, assim, sustentar o crescimento da demanda interna e do emprego. Passava-se a

¹ O crescimento do produto em 2011 foi revisado para 3,9 por cento com o lançamento da nova metodologia do PIB (IBGE, 2016).

tolerar uma inflação acima da meta, ainda que dentro do intervalo de tolerância do sistema brasileiro, na expectativa que o aumento da produtividade induziria, no médio prazo, a convergência da inflação para o centro da meta. As medidas também envolviam uma série de renúncias fiscais, que acabaram reduzindo o superávit primário. Havia, contudo, a expectativa de que, com a retomada do crescimento, as receitas aumentariam, restaurando o equilíbrio fiscal.

O principal resultado da “nova matriz econômica” foi a manutenção da taxa de investimento acima de 20 por cento ao ano entre 2011 e 2014. Como mostra a Figura 3, a taxa de acumulação do capital, apesar de cair após 2011 com o declínio da taxa de lucro, foi superior a quatro por cento entre 2011 e 2013. A demanda de trabalho continuou a expandir e a taxa de desemprego atingiu 4,8 por cento em 2014, o menor valor da série histórica. O salário médio real, como pode ser visto na Figura 4, manteve seu crescimento, enquanto a produtividade média expandiu a taxas reduzidas entre 2011 e 2014. O aumento do custo salarial e a valorização do real combinado com a queda dos preços internacionais dos produtos industriais potencializaram o vazamento de demanda agregada para o exterior.

Figura 3. Taxa Líquida de Lucro e Taxa de Acumulação, 2000-2015

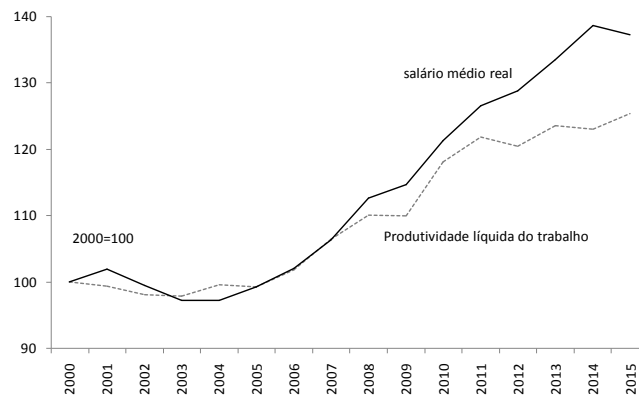


Fonte dos Dados Brutos: IBGE (2016, 2006)

O declínio da taxa de lucro se acentuou a partir de 2011, atingindo o seu valor mínimo em 2014. O principal determinante da queda da lucratividade, como a Tabela 1 revela, foi a redução da

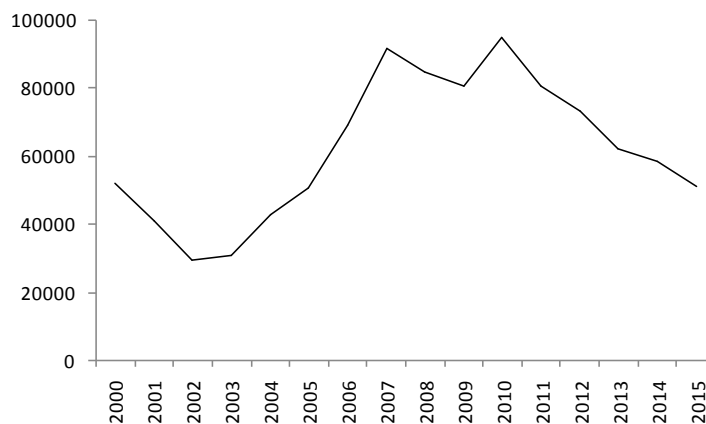
parcela de lucro líquido na renda nacional. Essa caiu de 40,8% em 2003 para 32,9% em 2014. O nível de utilização da capacidade instalada e a produtividade potencial do capital também diminuíram. A taxa de lucro declinou a velocidade de sete por cento ao ano entre 2010 e 2014. Como pode ser observado na Figura 5, o Ibovespa, o principal índice do mercado de ações do país, caiu a partir de 2010 com a redução da lucratividade. A redução simultânea da taxa de lucro e da rentabilidade financeira está na origem do fim da composição de classes que havia sido constituída no governo Lula.

Figura 4. O Salário Médio Real e a Produtividade Líquida do Trabalho, Brasil, 2000-2015



Fonte dos Dados Brutos: IBGE (2016, 2013, 2006)

Figura 5. A evolução do Ibovespa deflacionado pelo IPCA, média anual, 2000-2015.



Fonte dos dados brutos: IpeaData (2016)

O conjunto de políticas adotadas fracassou em seu propósito mais amplo que era manter a taxa anual de crescimento da economia brasileira em quatro por cento. Também induziu a desequilíbrios macroeconômicos que teriam que ser corrigidos no futuro. A taxa de crescimento do PIB continuou a desacelerar, atingindo 1,9 por cento em 2012 (IBGE, 2016). O crescimento de três por cento do PIB em 2013 representou uma pequena melhora em relação a 2012. Os investimentos expandiram 5,8 por cento devido à concessão de crédito a taxas subsidiadas no âmbito do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), conduzido pelo BNDES.

Num contexto de baixa competitividade da indústria de transformação, câmbio valorizado e desaceleração da economia mundial, o aumento do poder de compra dos trabalhadores se refletiu no aumento das importações e da demanda de bens não comercializáveis, como os serviços. A estrutura da indústria de transformação brasileira e de oferta de serviços não estava preparada para a mudança na composição da demanda advinda desses setores sociais (Rugitsky, 2016). No período cunha-se o termo a nova classe C para se referir aos trabalhadores que agora tinham trabalho e salário com maior poder aquisitivo.

Nas contas externas, o aumento das importações e a queda das receitas com exportações, face ao esgotamento do ciclo de crescimento dos preços das *commodities*, reduziram rapidamente o superávit comercial. O déficit em transações correntes ampliou-se de três por cento do PIB, em 2010, para 4,3 por cento em 2014. Somado ao início do processo de normalização da política monetária nos EUA, o aumento do déficit externo aumentou a vulnerabilidade do real, a despeito de reservas internacionais na ordem de US\$ 350 bilhões.

No plano fiscal, houve um forte aumento na concessão de novos subsídios. O montante de desonerações fiscais concedidas no governo Dilma Rousseff passou de 3,6 bilhões de reais em 2011 para 100,6 bilhões em 2014. A política de concessão de subsídios foi mantida até meados de 2014. Também ocorreram transferências de recursos na forma de subsídios do Tesouro Nacional para o BNDES, em especial, no âmbito do Programa de Sustentação do Investimento, para o financiamento

a taxas de juros subsidiadas do investimento das empresas privadas e estatais. A expectativa era que as desonerações, ao reduzirem o custo de produção e o baixo custo do financiamento resultassem em elevação dos investimentos e crescimento econômico. Contudo, frente à queda da lucratividade, a expansão dos investimentos privados foi reduzida e resultou em elevado custo fiscal. As isenções fiscais foram absorvidas pelas empresas na forma de lucro.

Em 2013, ocorreu uma série de manifestações com objetivos difusos. Inicialmente, os protestos eram contra o aumento dos preços do transporte público, mas rapidamente abarcavam outras reivindicações como a melhora nos serviços públicos, contra os gastos da organização da Copa Mundial de Futebol, contra a corrupção e os partidos políticos. Setores à esquerda e à direita protestaram por objetivos diferentes contra o governo. A popularidade da presidente Dilma Rousseff sofreu um forte revés com a incapacidade do governo em apresentar propostas concretas às questões levantadas nas ruas. Outra consequência foi a organização de setores sociais à direita, os quais foram às ruas pela primeira vez depois da democratização.

O governo buscou, então, melhorar os seus índices de aprovação, mirando as eleições presidenciais de 2014. A estratégia resumiu-se em manter o desemprego baixo e a inflação sob controle. Neste contexto, ocorreu a continuidade da política de renúncia fiscal e os estímulos ao consumo e ao investimento. Apesar das dificuldades de cumprir a meta de superávit primário definida pelo Congresso, o governo passou a adotar expedientes controversos na gestão das contas públicas, que comprometiam a sua transparência. O fenômeno ficou conhecido como “contabilidade criativa” e inclui a ampliação do recurso às chamadas “pedaladas fiscais”. As pedaladas consistem em atrasar o repasse de recursos aos bancos públicos de modo a reduzir artificialmente as necessidades de financiamento do setor público. Esse procedimento iniciou em 2000 e ganhou magnitude em 2013 e 2014, com as dificuldades fiscais do governo federal.

Para combater a inflação, o Banco Central intensificou o combate à depreciação cambial, adotando intervenções cada vez mais custosas com os chamados *swaps* cambiais. Nessas operações,

o Banco Central vende no mercado secundário contratos que protegem as empresas da desvalorização cambial. Em 2014, o prejuízo do Banco Central com esses contratos foi de 17,3 bilhões de reais. O governo passou, também, a represar os reajustes nas tarifas administradas, como o transporte público, a energia elétrica e, principalmente os combustíveis. Essa política, juntamente com a queda do preço do petróleo, afetou a capacidade da Petrobras em realizar o seu plano de investimentos.

Na campanha para a reeleição em 2014, a presidente Dilma Rousseff reconheceu a existência de problemas na economia, assim como a necessidade de ajustes que permitiram a retomada do crescimento, garantir o controle da inflação e o reequilíbrio das contas públicas. A taxa de crescimento do PIB foi de apenas 0,1 por cento em 2014. Ela garantiu, contudo, que se reeleita faria os ajustes de forma lenta para preservar o emprego e as conquistas sociais, objetivos caros à sua base eleitoral. A margem estreita com que foi reeleita, com 51,6 por cento dos votos, com grande rejeição nas regiões mais industrializadas e de maior renda do país, somada à truculência da campanha eleitoral, denunciavam que, para além das dificuldades econômicas, a presidente Dilma Rousseff enfrentaria severas dificuldades políticas em seu segundo mandato.

5. O Retorno a Hegemonia Neoliberal: O Segundo Governo Dilma Rousseff

A Presidente Dilma Rousseff foi reeleita em 2014 com o apoio de diversos setores de esquerda. Durante a campanha, houve a denuncia que a vitória da oposição representaria o retorno de uma política econômica de caráter neoliberal com efeitos perversos sobre o emprego, os salários e os gastos sociais. A grande polarização foi fundamental para a vitória da candidata petista. O clima de beligerância das eleições foi um dos estopins dos protestos massivos contra o PT, o ex-presidente Lula e a presidente Dilma Rousseff em 2015.

A presidente Dilma Rousseff também sinalizou que haveria a mudança da equipe econômica no caso de reeleição. Foi, contudo, com surpresa e muitas críticas que os setores de esquerda reagiram à indicação de Joaquim Levy como ministro da fazenda e a alteração na condução da política econômica. Tendo estudado na Universidade de Chicago e trabalhado no FMI, Levy atuava no setor financeiro quando da sua nomeação.

Era uma clara indicação que a presidente Dilma Rousseff buscava uma aproximação com a grande burguesia que agora lhe fazia oposição. Ao contrário do prometido nas eleições, Dilma optou pela estratégia de inspiração neoliberal. Aparentemente, a ideia era repetir o êxito das medidas de 2003. Porém, ao contrário daquele período, não havia o cenário externo favorável que permitiu o crescimento das exportações e resultou na apreciação cambial e no controle da inflação. A situação política, após uma eleição apertada e as denúncias de corrupção na Lava Jato apontavam para a manutenção do cenário de incertezas.

As primeiras medidas adotadas foram de caráter fiscal. Em janeiro de 2015 foi anunciada a restrição de acesso dos trabalhadores ao seguro desemprego e ao auxílio doença e mudanças nas regras para alguns benefícios previdenciários. Houve o contingenciamento de gasto que atingiu, em particular, o investimento do governo. Além disso, grande parte das obras destinadas à Copa do Mundo de 2014 estava finalizada. O investimento do governo central em 2015 caiu 32 por cento em relação ao ano anterior.

Uma medida de grande impacto foi a revisão da política de preços das empresas administrados pelo governo, em particular, de combustíveis e de energia elétrica. Refletindo também a crise hidrovária, houve um aumento médio de 51 por cento na tarifa de energia elétrica residencial em 2015. O aumento desses preços foi concomitante a desvalorização cambial de 47,02 por cento em 2015. A combinação desses elementos resultou em um choque de oferta que elevou a inflação, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Ampliado, para 11,07 por cento em 2015. O Banco Central reagiu ao aumento da inflação com uma elevação acentuada da taxa de juros e a restrições ao

crédito. Entre outubro de 2014 e julho de 2015, o COPOM aumentou a meta da taxa SELIC em 300 pontos.

Às políticas monetária e fiscal contracionistas, somou-se a redução dos investimentos da Petrobras. A Petrobras que respondeu por 7,9 por cento do total de investimento no país em 2013, reduziu seus investimento em um terço em 2015 em relação ao ano anterior. Além da defasagem dos preços, a empresa foi atingida pela operação Lava Jato, cuja fase ostensiva iniciou em março de 2014. A operação identificou um esquema de corrupção que envolvia os diretores da Petrobras, as principais empreiteiras e políticos de diversos partidos. As investigações também atingiram as grandes empreiteiras que reduziram fortemente os seus investimentos.

A combinação desses elementos resultou na queda de 14,1 por cento no investimento e de 3,8 por cento no PIB em 2015. A taxa de desemprego aumentou rapidamente, passando para 6,8 em 2015. A política neoliberal teve o efeito esperado, houve aumento da parcela de lucros e da taxa de lucro em 2015. Por sua vez, a elevada taxa de juros fez com que o pagamento de juros pelo governo central, como pode ser visto na Tabela 2, atingisse 6,73 por cento do PIB.

Contudo, era tarde para reconquistar a confiança dos “mercados” e dos grandes detentores da riqueza. A crise econômica fragilizou o governo, ainda mais frente às denúncias de corrupção da Lava-Jato e ao clima de beligerância que era estimulado pela chamada grande imprensa. Ao longo do ano, as ruas foram tomadas por setores de direita protestando contra o governo e pedindo o impedimento da Presidente Dilma Rousseff que viu sua aprovação declinar para 11 por cento no final de 2015.

Tabela 2: Necessidades de financiamento do setor público federal, % do PIB

	2011	2012	2013	2014	2015
Nominal	2.00	1.27	2.08	4.77	8.71
Juros nominais	4.13	3.06	3.50	4.41	6.73
Primário	-2.13	-1.79	-1.42	0.36	1.98

Fonte: Banco Central (2016)

Em dezembro de 2015, Nelson Barbosa assumiu o comando do Ministério da Fazenda. Contudo, o espaço político para mudanças era limitado. A situação fiscal havia sido comprometida com os diferentes estímulos ao investimento entre 2011 e 2014, o crescimento negativo do PIB e o pagamento das pedaladas em 2015. A pressão política advinda dos protestos de rua, das críticas do chamado “mercado” e da cobertura da Lava Jato pela grande imprensa colocou o governo na defensiva. As medidas anunciadas pelo novo ministro, como a mudança das regras da previdência social, foram criticadas pela oposição e, principalmente, pelos setores que haviam apoiado a reeleição. O espaço para as propostas do governo se tornou ainda menor após a aceitação de abertura do processo de *impeachment* em dezembro de 2015.

A mudança na condução da política econômica foi um erro fundamental para o governo que enfrentava forte oposição da grande burguesia e da direita brasileira que havia perdido quatro eleições. O movimento foi incapaz de reconquistar o apoio da grande burguesia nacional. Ao mesmo tempo, perdeu a sustentação de setores sociais que estavam ao seu lado no momento da eleição. Após a abertura do pedido de impedimento e frente aos erros cometidos na condução de política econômica, o governo passou a enfrentar enormes limites para propor uma solução para a crise econômica.

A estratégia de crescimento por meio de subsídios e estímulos ao setor privado em um período de queda da taxa de lucro foi o erro do primeiro governo Dilma Rousseff. O erro do segundo governo foi apostar em uma política de hegemonia neoliberal que resultou em uma forte queda do produto, em meio a enormes dificuldades políticas.

7. Conclusão

O Brasil vive a sua pior crise política desde a redemocratização na década de 1980. A tentativa de reduzir a taxa de juros sobre a dívida pública no início do primeiro governo Dilma

Rousseff marcou o início da ruptura da coalizão política que se estabeleceu na eleição em 2002. A ruptura definitiva ocorreu com o forte declínio da taxa de lucro a partir de 2010. A queda da lucratividade resultou do aumento da parcela salarial e do declínio da produtividade do capital de pleno emprego.

A resposta do governo Dilma Rousseff às mudanças decorrentes da crise do neoliberalismo foi um ambicioso programa de subsídios e incentivos ao investimento do setor privado e das empresas estatais, com destaque para a Petrobras. Contudo, o principal estímulo para a acumulação de capital do setor privado é a lucratividade. Havia contradição entre a política econômica e as condições de lucratividade das empresas privadas. A política governamental resultou na manutenção de taxa de acumulação em nível elevado, apesar de declinante entre 2011 e 2013 e na deterioração das contas públicas. Os subsídios foram, em grande parte, absorvidos pelo setor privado no contexto de queda da taxa de lucro. O principal resultado foi a preservação do nível de emprego. O crescimento econômico foi reduzido, parcela importante da demanda foi atendida por aumento das importações.

Após a vitória nas eleições em 2014, o governo Dilma Rousseff adotou uma política econômica de cunho ortodoxo para fazer frente aos desequilíbrios fiscais. A combinação entre a política fiscal e monetária contracionistas, a desvalorização cambial e a elevação dos preços monitorados resultou em queda do PIB, aumento da inflação e do desemprego. Em contrapartida, a remuneração ao capital aumentou em decorrência da queda da parcela salarial e o pagamento de juros sobre a dívida do governo federal que atingiu 6,73 por cento do PIB.

Contudo, a aliança política entre os diferentes setores sociais tinha sido rompida pela crise de lucratividade. A forte polarização da campanha eleitoral de 2014 refletiu a divisão entre as forças sociais da sociedade brasileira. A operação Lava Jato ofereceu o combustível para as grandes manifestações políticas que pediam o impedimento do presidente Dilma Rousseff. As manifestações funcionaram como uma amálgama para os diferentes setores sociais e políticos contrários ao

governo. Setores empresariais e estratos médios da sociedade brasileira abandonaram definitivamente qualquer possibilidade de composição com o governo. Por sua vez, os setores populares tinham poucos motivos para defender o governo devido ao severo ajuste protagonizado pela Presidente Dilma Rousseff e sua equipe econômica. No início de 2016, o governo contava com reduzido apoio social.

O impedimento da presidente Dilma ocorre no momento final do ciclo de governos de esquerda que estavam no poder na maioria dos países da América do Sul. Os efeitos da crise do neoliberalismo com o declínio do boom das commodities limitaram a capacidade dos governos de esquerda em manter o crescimento e os ganhos econômicos das diferentes classes sociais. Paradoxalmente, a crise do neoliberalismo viabilizou o retorno do neoliberalismo à América do Sul.

No caso brasileiro isto ocorre através da tentativa de colocar em prática a agenda do grande capital financeiro com dois tipos de reformas. O primeiro grupo diz respeito à queda da parcela salarial com reformas na lei trabalhista. A Consolidação das Leis do Trabalho será revista com a redução de importantes conquistas dos trabalhadores. O segundo grupo diz respeito à resolução dos problemas fiscais com mudanças referentes aos gastos sociais e com a previdência. Haverá a tentativa de reduzir os gastos sociais que estão vinculados a Constituição de 1988 e os gastos com transferências para a população de baixa renda, saúde e educação. Também haverá a tentativa de modificar a previdência social, estabelecendo limites a aposentadoria. A agenda neoliberal que foi sistematicamente derrotada nas eleições, saiu vitoriosa com o golpe parlamentar.

O impedimento da presidente Dilma Rousseff é um golpe político por parte da grande burguesia e setores conservadores da sociedade brasileira nas classes populares. O golpe terá consequências importantes sobre a renda dos trabalhadores e a população brasileira de baixa renda. A adoção de políticas que resultem na queda da parcela salarial e elevados ganhos financeiros marcam o início de uma nova etapa na trajetória sócio econômica brasileira do século XXI. O conjunto de políticas a ser adotada pelo novo governo sinaliza o fim da experiência inclusiva no país.

8. Bibliografia

Banco Central do Brasil. 2016. *Histórico das taxas de juros*. Recuperado em 30 de junho, 2003, de <http://www.bcb.gov.br/Pec/Copom/Port/taxaSelic.asp>.

Basu, D.; Vasudevan, R. 2013. Technology, distribution and the rate of profit: understanding the current crisis. *Cambridge Journal of Economics*, v. 37, n. 1, p. 57-89.

Basu, D.; Das, D. 2015. *Profitability in India's organized manufacturing sector: the role of technology, distribution, and demand*. Working Paper 380, Political Economy Research Institute, University of Massachusetts Amherst.

Flores, A.; Moseley, F. 2001. La tasa general de ganancia y sus determinantes en México: 1950-1999. *Revista Economía, Teoría y Práctica*, v. 15, p. 35-65.

Glyn, A.; Sutcliffe, R. 1972. *British capitalism, workers and the profits squeeze*. London: Penguin

Goodwin, R. 1967. A Growth Cycle. Em Feinstein, C (ed.). *Socialism, Capitalism and Economic Growth*. Cambridge: Cambridge University Press.

IBGE. 2006. *Estatísticas do Século XX*. IBGE, Rio de Janeiro.

IBGE. 2013. Contas Nacionais - Brasil 2010-2013 - referência 2010. IBGE, Rio de Janeiro. Recuperado em 3 de dezembro, 2015, de <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasnacionais/2013/default.shtm>.

IBGE. 2016. Contas Nacionais Trimestrais. Rio de Janeiro: IBGE.

IMF. 2016. IMF Primary Commodity Prices. Recuperado em 1 de agosto, 2016, de <http://www.imf.org/external/np/res/commod/index.aspx>.

IPEA. 2016. *Ipeadata*. Recuperado em 2 de agosto, 2016, de <http://www.ipeadata.gov.br/>.

Maito, E. 2013. La Argentina y la tendencia descendente de la tasa de ganancia 1910-2011. *Revista Realidad Económica*, n. 275, p. 127-152.

Marquetti, A., Maldonado Filho, E.; Lautert, V. 2010. The profit rate in Brazil, 1953-2003. *Review of Radical Political Economics*, v. 42, n 4, p. 485-504.

Mohun, S. 2003. *The Australian Rate of Profit, 1965–2001*. *Journal of Australian Political Economy* 52, 83–112

Roberts, M. 2009. *The Great Recession: Profit Cycles, Economic Crisis - a Marxist View*. Recuperado em 5 de março, 2015 de archive.org/details/TheGreatRecession.ProfitCyclesEconomicCrisisAMarxistView.

Rugitsky, F. 2016. Milagre, miragem, antimilagre: a economia política dos governos Lula e as raízes da crise atual. *Revista Fevereiro*, v. 9, p. 40-50.

Weisskopf, T. 1979. Marxian crisis theory and the rate of profit in the postwar US economy. *Cambridge Journal of Economics*, v. 3, n.4, p. 341-378.